



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Termo de Adesão do Governo do Estado do Maranhão ao Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015, celebrado entre o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça e o Instituto de Defesa do Direito de Defesa. (Processo CNJ-ADM-2015/00936).

O **Governo do Estado do Maranhão**, com sede na Avenida Dom Pedro II s/n, Palácio dos Leões, São Luís-MA, CNPJ 06.354.468/0001-60, neste ato representado por seu Governador, **Flávio Dino de Castro e Costa**, RG 443332 SSP/MA e CPF 377.156.313-53, **RESOLVE**, por meio do presente instrumento, aderir ao **Termo de Cooperação Técnica n. 007/2015**, celebrado entre o **Conselho Nacional de Justiça**, o **Ministério da Justiça** e o **Instituto de Defesa do Direito de Defesa**, para a efetiva implantação do "Projeto Audiência de Custódia", de modo a fomentar e viabilizar a operacionalização da apresentação pessoal de autuados(as) presos(as) em flagrante delito à autoridade judiciária, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após sua prisão, contando com o apoio do efetivo funcionamento de Centrais Integradas de Alternativas Penais, Centrais de Monitoração Eletrônica e serviços correlatos com enfoque restaurativo e social, aptos, em suma, a oferecer opções concretas e factíveis ao encarceramento provisório de pessoas.

O **CNJ** providenciará a publicação deste Termo de Adesão, em extrato, no Diário de Justiça Eletrônico.

E, por estarem de pleno acordo, as partes assinam o presente Termo de Adesão, para que produza efeitos jurídicos e legais.

Brasília, 29 de julho de 2015.

Ministro Ricardo Lewandowski
Presidente do Conselho Nacional de Justiça



Ministro José Eduardo Cardozo
Ministro de Estado da Justiça



Augusto de Arruda Botelho Neto
Presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa



Flávio Dino de Castro e Costa
Governador do Estado do Maranhão